

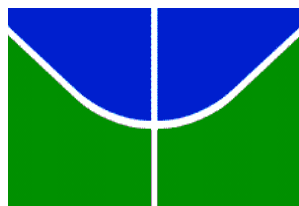
**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB**  
**FACULDADE UNB PLANALTINA - FUP**  
**LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – LEdoC**

**O ANALFABETISMO E SUAS PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS NA VIDA  
DO SUJEITO DO CAMPO: Um estudo na comunidade Beira do Sucuri.**

**Luciana Ferreira da Silva**

Planaltina – DF

2017



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB**  
**FACULDADE UNB PLANALTINA - FUP**  
**LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – LEdoC**

**O ANALFABETISMO E SUAS PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS NA VIDA DO SUJEITO DO CAMPO: Um estudo na comunidade Beira do Sucuri.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC, da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção ao título de Licenciatura em Educação do Campo, com habilitação na área de Linguagens.

Orientador: Prof. Dr. João Batista Pereira de Queiroz

Planaltina - DF

2017

**LUCIANA FERREIRA DA SILVA**

**O ANALFABETISMO E SUAS PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS NA VIDA DO  
SUJEITO DO CAMPO: Um estudo na comunidade Beira do Sucuri.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC, da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção ao título de Licenciatura em Educação do Campo, com habilitação na área de Linguagens.

Aprovada em 02 / 02 /2017

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. João Batista Pereira de Queiroz (UnB/FUP) – Orientador

---

Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Osanette de Medeiros – membro interno

---

Prof. Dr. Jair Reck – membro interno

Planaltina – DF

2017

## DEDICATÓRIA

Dedico esse renomado trabalho de conclusão de curso, a todos os **SUJEITOS DO CAMPO** do nosso País, a minha mãe Laura, meu filho Pedro Lucas, todos meus irmãos e amigos, equipe de direção, professores, servidores em geral, da FUP e LEdoC, colegas de todas as turmas, e, **em especial ao lavrador e analfabeto meu saudoso e querido paizão**, aquele que carregava consigo incontáveis qualidades, pois era: sanfoneiro, violeiro, folião, esposo e pai exemplar, avô, sogro, cunhado, amigo, sempre humilde e amável, o patriarca da Família Ferreira, senhor: **PLÁCIDO FERREIRA DA SILVA**, que nasceu e cresceu na lida do campo, viveu mais de trinta anos na comunidade Beira do Sucuri, esbanjava alegria, sem nunca reclamar da vida ou da dor, e tampouco da vida árdua que teve no campo desde a sua infância, era sempre feliz e agradecido a Deus por tudo que tinha homem simples rodeados de muitos amigos e, nenhum inimigo.

Senhor Plácido deixou um legado para toda a sociedade, humildade, amizade e amor ao próximo, nunca se ouviu falar na cidade e região de qualquer desentendimento dele com alguém, jamais abandonou seu lar, casado por 43 (quarenta e três anos), embora passou uma vida inteira enfrentando todas as dificuldades no campo, principalmente as financeiras, com esforço, persistência, humildade, caráter e honestidade, o patriarca, honrou toda a sua família, ensinando princípios e valores morais a seus (8) oito filhos e sua esposa **LAURA J. DA SILVA FERREIRA**, nas quais buscam seguir cada dia tudo que lhes foram ensinados.

Foi um trabalhador rural sem sonhos e nem desejos de ir morar na cidade, sem desejos de se tornar um homem rico, pois tudo que desejava Deus lhe dava a cada dia, saúde, a família, amigos, uma voz linda para cantar e tocar levando alegria para as pessoas, poder enxergar, ouvir, falar, andar, pois, se sentia muito satisfeito com a vida, para ele essas eram as maiores maravilhas do mundo e ele apenas agradecia a Deus pela vida. Tinha imenso orgulho em ser camponês e lidar com a terra, e, embora era analfabeto, passou por diversos constrangimentos e dificuldades, mas sempre assumiu sua própria

identidade de camponês, vivendo no campo, sem ambições alguma, e sem nunca ter desejado ser superior e muito menos se sentido inferior a quem quer que seja.

Sua vida era distribuir sorrisos, alegria e harmonia a todos as pessoas que se aproximassem dele, seja negro, branco, rico, pobre, isso jamais houve importância na sua vida, tinha um dom de tratar bem até mesmo as pessoas desonestas que levavam a vida de forma errada, dava lhes conselhos e as tratavam e consideravam como amigas, tinha um ditado que ele sempre dizia as pessoas erradas: você fez coisas erradas para você e outras pessoas, para mim você não fez nada, não apoio seus erros, mas considero sua bondade comigo, portanto, você sabe de seus erros e deve procurar a não repeti-los, pois será Deus que irá cobrar de você um dia e não eu, por esse pensamento nunca teve um inimigo na cidade, no dia do eu velório a comunidade não estava havendo espaço para estacionar os carros, forma mais de 300 pessoas lhe prestando as ultimas homenagens.

Compartilhar o legado que esse ser humano deixou é uma honra para mim, pois sei que ajuda muitas pessoas a viver bem e feliz nesse mundo de hoje, onde o que reina não é a amizade, nem a família e tampouco os valores e princípios morais, mas sim, você vale o que você tem e não o que você é, mas isso existe apenas na mente de pessoas envolvidas no mundo capitalista, que nunca tiveram a chance de conhecer alguém como o meu pai, pois para mim e minha família nós e vocês valem muito e vale tudo, mais do que qualquer bem material. Por isso deixo aqui meu imenso orgulho, e compartilho com todos o legado de meu pai, sou uma eterna camponesa, e agradeço a Deus pela oportunidade de nascer, crescer e me educar em um berço familiar camponês, por ser filha de camponeses lavradores, por ter a honra de poder viver até os dias atuais onde passei toda a minha infância, e que, se Deus permitir até os últimos dias da minha vida, sempre grata pela vida, saúde, família e amigos.

**Aqui é o Meu Recanto Feliz: Com. Beira do Sucuri (Faz. Alvorada)**

**Refrão da música Saudades da Minha Terra:**

**“Foi ali que vivi muitos anos, com papai mamãe e os irmãos (...)**

**Foi lá que nasci, lá quero morrer...”(Pedro Bento e Zé da Estrada)**

**Compositor: (Gérson Coutinho da Silva)**

## AGRADECIMENTOS

A Deus, a meus pais toda minha família, a toda turma 4 (quatro) em especial a aluna Sideni Cesário de Torres e Edislaine Érica, e Cássia da Turma (6) seis, ao Professor Orientador: João Batista Pereira de Queiroz, e as examinadores da Banca professora Osanete Medeiros e Jair Hack, a professora Ana Izabel, Eliete Ávila, Rafael Vilas Boas, João Batista, Mônica Mollina, Prof.Paskett, Eliene, Rosineide, Djiby Mané, coordenadoras de secretaria, Ana Bela, Erivan e Eliene, Aline (Assistência Social) toda a equipe de limpeza e segurança do alojamento, motoristas e equipe de enfermagem da Fup, cozinheiras (os) e colaboradores do R.U (Restaurante Universitário), aos colegas de todas as turmas da LEDOC, As todas as ex e atuais cirandeiras, e a direção em geral da FUP-PLANALTINA-DF, com toda sua equipe de colaboradores.

Enfim agradeço a todos os fundadores e lutadores na manutenção do Curso da Licenciatura em Educação do Campo.

## **EPIGRAFE**

“Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humaniza-lo, torna-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transportar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE).

## RESUMO

O presente trabalho teve por finalidade abordar o analfabetismo no campo no município de Monte Alegre de Goiás, na comunidade Beira do Sucuri, tendo sido discutido o problema que as pessoas que moram no campo vêm enfrentando por serem analfabetas, em especial os idosos, com um estudo de caso na comunidade citada. Abordo a história do analfabetismo brasileiro dando ênfase aos dados do campo. Falo sobre a história do município de Monte Alegre de Goiás e da região do nordeste goiano, a qual faz parte. A pesquisa foi de cunho exploratório e valeu-se da abordagem qualitativa, que se consistiu da aplicação de questionário a sete pessoas. E ainda cito algumas contribuições para a redução da elevada taxa de analfabetismo na região. São programas que foram criados a partir de muitas lutas de movimentos sociais como o “MST”.

Palavras – chave: Educação, Analfabetismo, Educação do Campo.



## **ABSTRACT**

The present work had the purpose of approaching illiteracy in the countryside in the municipality of Monte Alegre de Goiás, in the Beira do Sucuri community, and discussed the problem that people living in the countryside are facing because they are illiterate, especially the elderly, with a Case study in the cited community. I approach the history of Brazilian illiteracy with emphasis on the field data. I talk about the history of the municipality of Monte de Alegre de Goiás and the region of the northeast of Goiás, which is a part. The research was of an exploratory nature and was based on the qualitative approach, which consisted of the application of a questionnaire to seven people. And I also cite some contributions to reducing the high rate of illiteracy in the region. They are programs that have been created from many struggles of social movements like the "MST".

Key - words: Education, Illiteracy, Field Education.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1.CAPÍTULO I - O analfabetismo como parte da história de negação do direito á Educação dos Povos do Campo.....	16
2. CAPÍTULO II - Monte Alegre de Goiás.....	24
2.1. O Município de Monte Alegre de Goiás.....	22
2.2. A realidade do campo no município de Monte Alegre de Goiás.....	27
2.3. O analfabetismo no município, campo e cidade.....	29
3. CAPÍTULO III - Educação do Campo: Um das esperanças para erradicação do analfabetismo.....	36
3.1. Educação do Campo.....	34
3.2. Educação de Jovens e Adultos- EJA.....	36
3.3. Comunidade Beira do Sucuri.....	38
Considerações Finais.....	47
Referências Bibliográficas.....	50
Apêndice.....	52
Anexo.....	53

## INTRODUÇÃO

Nasci e cresci na pequena comunidade Beira do Sucuri no município de Monte Alegre de Goiás. Convivi desde pequena com todos que moravam ali, principalmente com as pessoas mais velhas, pois, desde pequena amava estar com eles, principalmente nas rodas de conversas, nas modas de viola e nas folias que passavam por ali. Meu pai era um bom sanfoneiro e sempre que chegava um amigo havia festa na minha casa.

Naquela época a vida não era fácil para minha família, pois meus pais eram lavradores analfabetos com 8 filhos para criar, trabalhavam apenas para a nossa subsistência, plantando e criando poucos animais. Assim era também a situação das outras famílias que moravam na comunidade Beira do Sucuri. Entretanto, esses momentos eram tão prazerosos que para mim toda a dificuldade era esquecida. Assim foram se longos anos. Eu participei desses bons momentos com a família e os amigos. Quase terminei o colegial na cidade de Monte Alegre de Goiás, mas o sonho que havia dentro de mim foi mais forte e fui embora para a capital em busca de torná-lo realidade.

Foram alguns anos entre idas e vindas, da capital para a Beira do Sucuri. Mas, graças ao meu esforço e o apoio da minha família, ingressei no Curso de Direito em 2004. Após alguns períodos cursados comecei a trabalhar como assessora previdenciária de um escritório de advocacia, atendendo pessoas da região do nordeste goiano, na qual a minha cidade fazia parte. Foi a partir desse momento que pude ter uma noção da quantidade de pessoas analfabetas e dos problemas por elas enfrentados por causa de não saberem ler e nem escrever.

Meu sentimento foi de indignação e ao mesmo tempo surgiu o desejo de ajudar essas pessoas, ainda mais, por saber que educação é um direito de todos, garantido em lei, e que a culpa dessa tamanha exclusão, não são dos mesmos. Quando tive a oportunidade de cursar a Licenciatura em Educação do

Campo na UnB, não medi esforços e iniciei o curso paralelamente ao Curso de Direito na Universidade Católica de Goiás, em Goiânia.

Cada trabalho que fazia no meu município ou em viagens pela região, me deparava cada vez mais com os absurdos sofridos pelas pessoas, principalmente as que moravam no campo, simplesmente por serem analfabetas.

Porém, com a inserção no Curso de Licenciatura em Educação do Campo eu como educanda, sujeita do campo de uma pequena comunidade pude perceber que se desejamos que não haja mais nenhum analfabeto, em especial no campo, e uma sociedade mais justa para todos, temos que nos unir e lutar pelos mesmos ideias, ou melhor, por uma escola e a sociedade do campo que almejamos, pois, muitos de nos somos vítimas da sociedade capitalista.

Foi uma das formas que eu encontrei de ajudar as pessoas, além de orientá-las como advogada e até mesmo, quando for o caso defendê-las. E também como cidadã brasileira e futura licenciada na área de linguagens, de chamar atenção para os poderes públicos, para que possam investir na educação do campo, principalmente na educação de jovens, adultos e idosos, na criação de políticas de públicas que traga maior proteção, especificadamente para quem ainda é analfabeto e vive onde a erradicação ainda não evoluiu. Pois, trata-se de uma tarefa de longo prazo e enquanto não se concretiza as pessoas não podem continuar vivendo abandonadas pelo Estado e pela sociedade, vivendo e recebendo atendimentos desumanos, racistas e preconceituosos, como se alfabetizadas fossem, uma vez que, está mais que demonstrado que infelizmente são analfabetos, “deficientes da leitura e da escrita”, por culpa do Estado e da sociedade que os excluíram desse e diversos outros direitos.

O objetivo geral é pesquisar a situação de analfabetismo e suas principais consequências na vida do sujeito do campo no município de Monte Alegre fazendo um estudo na comunidade Beira do Sucuri, por que a situação do analfabetismo brasileiro, não se difere em muitas regiões do Brasil. Ainda mais quando se trata das cidades que fazem parte do nordeste, pois todas

contemplam os piores índices de desenvolvimento humano (IDH) segundo o IBGE. Compreendendo o que é analfabetismo e suas consequências, identificando a realidade do analfabetismo nos sujeitos do campo no município de Monte Alegre de Goiás e conhecendo os programas, projetos, ações de superação do analfabetismo do sujeito do campo na região ora citada.

A primeira parte da pesquisa foi bibliográfica, com base em autores que discutem sobre o analfabetismo, suas causas e consequências. Também foram utilizados outros autores que falam sobre a região do nordeste goiano, em especial sobre o município de Monte Alegre de Goiás abrangendo os aspectos geográficos, econômicos, sociais e políticos.

A história do analfabetismo no Brasil tem marcas históricas, uma vez que o mesmo está presente desde o início da colonização do país e perdura até os dias atuais.

É fato que todos os brasileiros conheçam (ou é o que se espera) a história do Brasil, mais é de grande relevância ressaltá-la, mesma que as raízes desse problema teve começo na colonização do país.

A colonização do país aconteceu com a chegada dos portugueses, antes no Brasil só existiam os índios. E era necessária muita mão de obra para os trabalhos de construção do país. A princípio os portugueses tentaram utilizar os índios como escravos, só que não deu certo, porque houve muita rejeição por parte dos mesmos, além do mais, não tinham muita aptidão para os trabalhos requeridos daquela época. Então começaram a trazer os negros da África como escravos, e assim foram décadas os negros sendo escravizados. E quando nos referimos à palavra escravo, significa que essas pessoas não tinham direito a absolutamente nada. Trabalhavam nas lavouras de cana de açúcar, nos cafezais, nas casas dos senhores, enfim faziam todo o tipo de trabalho sem receber nem um tipo de pagamento. Ao contrário, viviam em senzalas, dormiam acorrentados iguais aos animais, e ainda iam para o tronco e apanhavam de chicotes se desobedecessem alguma regra criada pelos senhores.

Os escravos não são pessoas livres e muito menos têm algum direito. E exatamente o que acontecia no Brasil colônia. Naquela época apenas 30% da população eram alfabetizados, somente os filhos dos senhores tinham acesso

à educação. E assim, já criando uma forma desigualdade entre as pessoas que existe até os dias atuais. E vem daí o preconceito de que ter acesso à educação é algo para poucos, associando-a a forma de prestígios. Porque a educação (entre outras prioridades) não era tratada como um meio para a construção desse novo país pelos nossos colonizadores. O que eles realmente queriam era conseguir tirar o máximo de riqueza do nosso país e enviar para a Europa. Alguns naquela época acreditavam que a educação era algo libertador, como no caso do Padre Anchieta, que se dedicou anos em catequisar os índios com a ajuda dos jesuítas, e que uma das suas obras ainda está presente entre-nos que é o Colégio dos Jesuítas em São Paulo capital.

A escravidão acabou só que pouca coisa mudou para os negros e os menos favorecidos, por não terem estudos, conseqüentemente sem profissões, os mesmos continuaram submissos aos seus senhores, trabalhando apenas para o próprio sustento, ou melhor, para não morrerem de fome. E com isso, essa forma de segregação, exploração e inferiorização dos menos favorecidos estão presentes até hoje no Brasil.

Mesmo que as décadas nos distância do tempo da escravidão, que muitas coisas foram conquistadas a partir de muitas lutas dos movimentos sociais. E uma delas foi à criação dos direitos humanos, que garante a qualquer pessoa independente da cor, raça, sexo, religião, classe social, sendo reconhecida pela Constituição de 1988, tendo como obrigação da União, estado e município garantirem a todos.

É o caso da Educação. Diz a lei que um dos direitos humanos é o a universalização ao acesso a educação. E que mesmo, sendo um direito garantido em lei, ainda é grande o número de analfabetos no Brasil e principalmente no campo.

Daí o porquê da minha escolha como acadêmica de abordar esse tema, que apesar de ser bastante discutido em nível nacional, de ser algo de reivindicação de muitos movimentos sociais, é um assunto de grande relevância para todos nós brasileiros a ser debatido em busca de mudanças, visto que as conquistas pela garantia a educação já foram muitas, mas, ainda não foram suficientes para a erradicação do analfabetismo no Brasil.

Diante da problemática apresentada alguns questionamentos devem ser apresentados: qual é o maior problema? De quem é a responsabilidade? Por que o analfabetismo no Brasil não é erradicado? Qual o papel da sociedade? Acredito, e como acredito, e é por isso que estou debatendo esse tema, em busca de soluções para as mudanças; num esforço que envolve governo e sociedade porque creio que todos nós cidadãos brasileiros temos uma obrigação em ajudar a sanar.

Em suma o analfabetismo brasileiro trata-se de um problema de política de estado, de governo e sociedade. Que por se tratar de problema criado e gerado pela sociedade e não cuidado pelo Estado, torna-se um problema “invisível”, que nem governantes e nem sociedade pretendem abordá-lo, devidamente, negando esse direito à milhões de brasileiros. Ao invés de pautar e enfrentar o problema, muitos governos e grande parte da sociedade brasileira limitam-se a dar desculpas e alegar tantos motivos. Tratam a EJA como um problema menor, desconsiderando a realidade econômica, social e cultural que gera tal situação.

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo abordarei a história do analfabetismo brasileiro dando ênfase aos dados da zona rural. No segundo capítulo falarei sobre a história do município de Monte de Alegre de Goiás. No terceiro capítulo farei a análise do questionário aplicado na comunidade em estudo.

## CAPÍTULO I

### O ANALFABETISMO COMO PARTE DA HISTÓRIA DE NEGAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO AOS POVOS DO CAMPO

A história do analfabetismo no Brasil tem raízes históricas, uma vez que, o mesmo está presente desde o início da colonização do país e perdura até os dias atuais. Pois, desde o Brasil colônia, a educação nunca foi posta como algo importante para a construção desse novo país.

No Brasil a taxa de analfabetismo é maior na zona rural do que na zona urbana. A maioria da população analfabeta se encontra no campo, afirma Araújo (2006, p. 251). A autora mostra que pelos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010) no campo, de maneira geral, a taxa de analfabetismo dentre os adultos é de 23,2%, já nas regiões urbanas chega a 7,3%. Ou seja, no campo, a taxa de analfabetismo é o triplo da zona urbana.

Araújo ainda ressalta que esse grande número de analfabetos no Brasil não é de forma acidental. Para ela, a origem histórica teve início a partir de intensas contradições econômicas e sociais desde a época do Brasil colonial, e transcorre até os dias atuais.

Hoje o Brasil têm 18 milhões de pessoas excluídas socialmente do direito de aprender a ler, ou melhor, de ter acesso ao conhecimento. A autora defende que essa exclusão acontece unicamente por haver uma ligação direta com a condição da pobreza, do latifúndio e da desigualdade social e com a existência de pessoas que não são alfabetizadas. Consequentemente, o analfabetismo e o semianalfabetismo são revelações da pobreza que deriva de uma organização social altamente injusta. Para Pinto (1989)

O adulto analfabeto ou precariamente escolarizado não é culpado pela sua ignorância, não é voluntariamente analfabeto, mas é feito pela sociedade, nas condições de sua existência, posto que o tipo de homem que cada sociedade deseja formar é aquele que serve para desenvolver ao máximo as potencialidades econômicas e culturais de uma dada forma social vigente (p. 252, 2006).



São duas as formas de analfabetismo que existe no Brasil. Aproximadamente 14 milhões de pessoas são analfabetos absolutos e um pouco mais de 35 milhões são analfabetos funcionais.

O analfabetismo absoluto refere-se àquelas pessoas que não tiveram acesso à educação, nunca puderam ir a Escola por mais de um ano. Para a UNESCO:

uma pessoa funcionalmente analfabeta é requerida para uma atuação eficaz em seu grupo e comunidade, e que lhe permitem, também, continuar usando a leitura, a escrita e o cálculo a serviço do seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento de sua comunidade.

Ou seja, a pessoa sabe ler, mas não consegue interpretar um texto, uma situação problema, uma placa etc.. Sendo assim, não entende o que um texto, por exemplo, está querendo dizer.

Existe também, o conceito de analfabetismo digital, que se refere às pessoas que não possuem os conhecimentos necessários para interagir com as novas tecnologias, tais como: celulares digital, tablet, caixas eletrônicos, computadores, Internet, etc. Porém, os analfabetos absoluto, são aqueles que mais sofrem com esse tipo de avanço da tecnologia, do progresso, conforme será demonstrado.

Contudo, estudaremos o analfabetismo em seu contexto geral, destacando o analfabetismo absoluto. A palavra analfabetismo é de origem grega an (sem) alpha (alfa) béta (beta)), que se refere àquelas pessoas que não sabem ler nem escrever, que surge diante da falta de aprendizagem.

O termo alfabetismo primeiramente é usado para fins de estudo, designando a condição de pessoas ou grupos que não apenas sabem ler e escrever, mas também utilizam a leitura e a escrita, transformando sua condição de vida pela incorporação desses comportamentos em seu viver diário, isto é, a condição de ser letrado.

Já analfabetismo é uma palavra utilizada no português corrente para designar a condição daquele que não sabe ler e escrever, ou seja, é “consequência da ausência de um processo de alfabetização”. Frago (1993, p.16).

Para estudar o analfabetismo, requer que, estendamos, neste trabalho discussões a respeito da terminologia de que se vale esse campo de estudo. Surge, portanto a necessidade de se compreender também o significado de alfabetização.

A alfabetização é um tema complexo, no qual se definem posições ideológicas, econômicas e sociais, e, o termo começar a adquirir novos usos e a invadir novos campos, tais como “alfabetização tecnológica, computacional, científica”. Apesar da luta contra o analfabetismo ser constante, e contar com grandes aliados, como a coletividade e auto-organização dos sujeitos do campo, ainda existe no país atualmente, cerca de 20,8% de analfabetos somente no campo, e, em média, a população tem apenas 4,4 anos de estudo.

Desse modo, o analfabetismo acaba por ser assumido como um elemento que “causa consequências sociais e pessoais terríveis”. Graff (p.30).

Assim, o domínio das habilidades de leitura e escrita tem, historicamente, permitido posicionar as pessoas em determinadas situações, dotando-as de condições para representarem aqueles que não detêm a mesma habilidade, ou seja, os analfabetos ficam excluídos.

E, segundo considerações anteriores, as próprias justificativas das políticas educacionais, assim como a das campanhas de alfabetização, “têm atribuído aos analfabetos o prejuízo social, econômico e cultural de toda a comunidade” (FREIRE, 1985, p. 7).

Quando se fala em Educação, ou da não garantia dela, estamos falando sobre direitos humanos. O direito ao acesso a Educação é considerado por muitos como o primeiro de todos a ser garantido, e se esse é negado, os outros também na sua maioria serão, pois tudo parte primeiramente da Educação. Se as pessoas não têm conhecimento, como irão cobrar algum direito do Estado?

Os direitos humanos são inerentes, estão ligados a todas as pessoas afirmar Alfonsin, e que os mesmo não dependem delas para existir, sendo garantido para todos independente de sexo, raça, religião e etc. Não necessitando das leis, já que as mesmas são submissas a eles, forçadas a respeitá-los, sabendo sua existência, sua finalidade e eficiência.

Mas, segundo Alfonsin, na realidade todos nós sabemos que a efetividade dos direitos humanos está distante de ser obtida, ainda que estejam pautados em leis que os constituem. Uma das causas desses direitos ainda

não terem obtido total efetividade, tendo como motivo central a miséria e pobreza de milhares de brasileiros, que na sua maioria são indígenas, quilombolas, sem terras, os sem teto, os catadores de materiais recicláveis e outros grupos. Com tudo isso não é considerado como violações dos direitos humanos. Esta realidade mostra uma grande e inadmissível injustiça social. Pois, a maioria dessas pessoas que vivem essa triste situação, não sabe que as mesmas têm direito a ter o mínimo para terem uma vida digna, porque sem o básico, estarão correndo risco de vida.

Continuando na linha de pensamento de Alfonsin, a fome, a doença, a ignorância, a insegurança entre outras enfermidades que afetam multidões de brasileiros, permanecem sendo qualificadas como fatalidades, ou mais chocante ainda, essas pessoas são tidas como culpadas, pelos males que padecem, ou seja, são atribuídas a elas a responsabilidade de tudo de ruim que vivem.

Não somente Alfonsin, mas inúmeros outros autores acreditam e defendem que a Educação é um direito transformador, tanto na vida das pessoas, quanto na construção de uma nação.

Sérgio Haddad (2006) defende que, para que uma pessoa tenha uma vida totalmente íntegra é preciso que a educação encontra –se inserida entre todos os direitos obrigatórios para que haja a concretização da dignidade humana total. Quando se afirma que algo é um direito humano declara-se que ele tem que ser assegurado a todos os seres humanos, seja qual for a sua condição social e pessoal. A educação é um dessas situações, adotada como direito de todos, depois de várias lutas, pois por muito tempo foi abordada como privilégio de poucos.

O autor reafirma que só através da educação tem se acesso os bens culturais, assim como regras, condutas e capacidades criadas e firmadas ao longo da história da humanidade. Esse direito faz parte de atributos muito valorosos à natureza humana: aptidão de gerar sabedorias, de raciocinar sobre sua própria maneira, de usar os bens naturais para seu bem-estar e para se formar socialmente.

Para ele, a educação é um meio essencial para produção dessas características que foram citadas. Não se trata somente da educação escolar, ou seja, daquilo de que é ensinado na sala de aula. Contudo a educação na

sua definição total, ou seja, “o processo de aprendizagem começa no nascimento e acaba apenas no momento da morte” (2006, p. 215).

Haddad ressalta que é claro que os sistemas escolares fazem parte desse processo, e por isso que nele, algumas aprendizagens fundamentais são ampliadas. E são tão importantes que na sociedade contemporânea é quase um requisito para a sobrevivência e o bem-estar social.

E é comprovado segundo ele, que as pessoas que passam por metodologias educativas, em especial pelo sistema escolar, desempenham melhor sua cidadania, porque tem muito mais requisitos de cobrar e fazer valer os seus direito, não só, o direito a educação, mas também todos os outros.

A educação escolar faz parte na formação das pessoas. Portanto, ela é o início de tudo, porque todas as coisas se formam a partir dela, uma vez que ajuda na defesa e na efetivação de outros direitos. Sendo assim é chamada também de um direito síntese, porque, “ao mesmo tempo que é um fim em si mesma, ela possibilita e potencializa a garantia de outros direitos, tanto no de exigi-los quanto de desfruta-los” (HADDAD, 2006, p. 216). E hoje em dia, quem nunca foi à escola tem muito mais problemas em fazer valer os seus direitos.

O direito a educação a todas as pessoas é um direito garantido desde de 1948 no artigo 26 da Declaração universal. E sendo assim, é um dos direitos humanos. Não somente a Declaração, mas também há muitas outras normas internacionais que reconhecem e avançam na definição constitutiva do direito a educação, reforça Haddad. A partir desses tratados o Brasil tem a obrigação de respeitar, proteger e promover os direitos humanos, um dos quais, o direito a educação. A obrigação de respeitar é que o Estado não pode gerar barreiras ou dificultar a prática do direito humano á educação. A obrigação de proteger exige que o Estado proteja o direito para não deixar qualquer que pessoa ou órgão atrapalhe o seu funcionamento. E por último a obrigação de realizar o que é a mais importante, ou seja, a principal obrigação essencial do Estado que diz respeito às ações publicas que devem ser tomadas para a concretização e o funcionamento total dos direitos humanos.

Portanto, o reconhecimento do direito humano a educação faz com que ele seja exigível em todo território nacional e internacional. Ser exigível quer dizer que está amparado pela justiça para evitar a persistência ou reparar a violação do direito a educação.

No Brasil, o direito a educação está definido no artigo 205 da Constituição Federal de 1998.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e trabalho.

Em contrapartida, houve uma atualização da LDB 2016, acarretando em algumas mudanças, uma das quais a inversão do direito a Educação: que antes a Educação era responsabilidade primeira do Estado, esse papel foi invertido para segundo lugar, sendo a família agora responsável primeiramente pela a Educação dos seus descendentes.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Entretanto essa mudança na lei, por si, não transforma a realidade educacional pública brasileira, contudo aponta caminhos, orienta o cidadão e a sociedade dos seus direitos.

Só que a garantia do direito a escolarização se realizou antes da criação da Constituição 1988, e sua concretização total não se efetivou até hoje, mesmo sendo reconhecida. A educação, como direito humano, tem como uma das principais características, a universalidade e a não discriminação. A educação, em todas as formas e em todos os graus, deve ter quatro características: disponibilidade, acessibilidade material e acessibilidade econômica, aceitabilidade e adaptabilidade. Lógico que levando em conta os reais interesses dos alunos.

Quando se fala em Educação básica no Brasil, não podemos pensa-la de forma hegemônica, pois se pensarmos assim estará cometendo um grande erro em generaliza-la. Tudo isso, porque há muitos desacordos entre a Educação oferecida na cidade e a no campo. A qualidade da Educação básica do Campo fica muita a quem da oferecida na cidade.

Segundo Molina (2008), vários são os fatores que fazem com que a Educação Básica do Campo concentre os piores indicadores: qualificação dos docentes; distorção idade-série; índices de evasão e repetência; acesso a recursos didáticos e tecnológicos, etc.

Para a autora, os piores indicadores se concentram unicamente na Educação Básica do Campo, pois são vários os fatores. Há um desacordo entre a vida levada pelos sujeitos do campo e seus processos de produção, com o calendário escolar. O próprio Ministério da Educação reconhece que houve omissão por parte do Estado na criação de políticas.

O campo deve ser visto não somente como um espaço de produção agrícola, afirma Molina. Mas sim, como um local onde há também produção de relações sociais, ou seja, de produção de história, cultura e conhecimento, de luta de resistência dos sujeitos que aí vivem.

O que defende a teoria de Pistrak (19981), que considera que a Escola do Trabalho é uma ferramenta para habilitar o homem a compreender o seu papel, na luta contra o capitalismo, a favor do socialismo, demonstrando a realidade e necessidade da escola de educar os jovens para essa realidade. Que é função da escola educar crianças, para serem trabalhadores inteiros e por esse ensejo é que ele ressalta a necessidade da escola possibilitar uma educação básica técnica e social permitindo ao educando a orientação na vida real.

É fato que o termo Educação do Campo é contemporâneo e foi construído na última década. Mas, nem por isso refere-se apenas a história atual. Contudo simboliza, principalmente, o protagonismo da luta educacional por pessoas que nunca haviam preenchido este espaço: os trabalhadores rurais.

Caldart (2008) diz que a Educação do Campo deve ser compreendida como um conceito próprio do tempo histórico atual e que deve ser debatido a partir do contexto que origina seu surgimento: as condições socioeconômicas da sociedade brasileira atual e a dinâmica específica que envolve os sujeitos sociais do campo. A autora salienta que a Educação do Campo surgiu da junção das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades rurais para não perder suas escolas, suas experiências de educação, seu território, sua identidade.

Mesmo entre os desafios vividos, há ainda a necessidade de uma estrutura pública de educação para o campo. Existe apenas um remendo do sistema educacional urbano. Por isso é preciso forçar essa construção.

Arroyo (2006) enfatiza que a fragilidade e vulnerabilidade do sistema educativo são dramáticas no campo:

É no campo que se fecham escolas quando se mudam os dirigentes dos governos municipais, ou se levam os meninos de um lado para outro, ou seja, não há um sistema, não há ainda algo a ser respeitado, algo que tenha uma dinâmica própria, uma vida própria, que esteja acima do novo dirigente ou da nova administração do município ou do estado (p. 126).

Há uma grande diferença entre o campo e a cidade tanto em relação às condições socioeconômicas quando ao sistema de ensino. Isso é demonstrado nos dados atualmente disponíveis. Não há consenso sobre a população rural, que deve estar em cerca 30,8 milhões de brasileiros, que ao longo de suas vidas, veem sendo privados de tudo.

Portanto, o analfabetismo é parte da história de negação dos direitos, sobretudo o direito à Educação. E os povos do campo vivenciaram historicamente esta negação. E mesmo com avanço das tecnologias, o mundo cada vez mais letrado, e essas pessoas cada vez mais a margem da sociedade.

## **CAPÍTULO II**

### **O MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DE GOIÁS.**

O município é caracterizado de maneira geral pelos seus aspectos culturais e socioeconômicos. Uma vez ao longo desses últimos anos o município foi apontado como um dos piores municípios do nordeste goiano e o sexto do país, de acordo com dados de amostragem do IBGE.

O IDH de 0,6 já diz por si só a situação enfrentada pelo município. A geografia difícil e extensa contribui para a desorganização econômica, cultural e educacional. Entretanto, é um município com grande diversidade cultural que fascina por suas belezas folclóricas (danças e outras expressões artísticas) e ambientais.

#### **2.1. O Município de Monte Alegre de Goiás.**

A cidade de Monte Alegre de Goiás surgiu como muitas outras cidades goianas, a partir da mineração. Com base nos dados do IBGE, sua fundação ocorreu em 1769 depois que os bandeirantes portugueses (exploradores das terras brasileiras) encontraram grandes jazidas de ouro e muita terra fértil.

Fala-se que os bandeirantes trouxeram aproximadamente 1.800 negros escravos para os serviços de extração de ouro nos garimpos do morro do Chapéu. Por causa do aumento da produção de ouro, a localidade desenvolveu-se e cresceu a sua população em face de forte entrada de garimpeiros e escravos.

Monte Alegre de Goiás já teve vários nomes, mas um em especial ainda permanece vivo na memória dos habitantes mais velhos: Chapéu ou Arraial do Chapéu.

Porém, Monte Alegre de Goiás teve como primeiro nome Paranã, depois se tornou Vila, pertenceu a Arraias, hoje Tocantins, Campos Belos de Goiás e outros. Com base nos relatos dos mais velhos, o nome Chapéu, muito singular, tem duas vertentes de explicação: a primeira o nome liga-se a um morro que



tem na cidade que se parece com um chapéu desabado; a outra seria porque foi encontrado um chapéu no morro que seria de um bandeirante fora comido por animais selvagens.

As marcas dos tempos da exploração de mineiro existem até hoje em todo o município. É possível ver grandes valas ou buracos, cerca de pedras em volta da cidade, entre outros vestígios que reforça que houve está época de exploração de ouro e trabalho escravo. Como acontecia em todo o país, os negros eram trazidos da África para serem escravizados no Brasil. Não foi diferente no Arraial do Chapéu. Não aguentando mais o trabalho escravo e a maneira como eram tratados como animais, frequentemente foram fugindo pouco a pouco, e formando o quilombo Kalunga, que hoje é considerado Sítio Histórico Cultural Imaterial Kalunga, que contempla os municípios de Teresina, Cavalcante e Monte Alegre de Goiás:

Na década de 1630 instalam-se as mynas do Tocantins, nascem as cidades de Cavalcante (1740) e Santo Antônio do Morro do Chapéu (1769), hoje Monte Alegre, entre outros, onde se instalam minerações como a de Boa Vista, próxima ao rio Paranã". (Baicchi, 1995/96 p. 111).

Enfim a comunidade quilombola Kalunga é composta por remanescentes de Quilombos, de negros que lá se escondiam, encontrando refugio na Serra da Contenda. Essa comunidade mantêm os costumes tradicionais dos negros vindos da África e hoje é tido como Patrimônio Histórico Cultural Imaterial. Os agrupamentos estão repartidos em cinco grandes comunidades: Contenda, Kalunga, Vão de Almas, Vão do Moleque e Ribeirão dos bois. Estas subdividem em outras comunidades menores.

Com o passar dos anos os bandeirantes que chegavam de São Paulo foram ficando por aqui, formando família, algumas dessas uniões eram entre pessoas brancas e negras, o que resultou em um número significativo de pessoas negras e rica cultura afro-brasileira, não somente em nosso município mais também nos outros já citados.

Porém a própria existência das comunidades denominadas Kalunga testemunha que o africano, mesmo que na condição de escravo lutou tenazmente para a sobrevivência construindo

uma forma de vida na qual pudesse realizar o exercício da liberdade e solidariedade como normas éticas. (BAIOCCHI, 1995/96, p.111).

Assim, hoje é possível ver as marcas dessas lutas na criação identitária das comunidades Kalunga e de outras comunidades no município de Monte Alegre de Goiás, uma vez que a zona rural sempre foi taxada como um retardo cultural e tecnológico, ainda que saibam que essas comunidades são cheias de conhecimentos e tradições culturais.

Hoje Monte Alegre de Goiás é administrado por um prefeito reeleito que já foi prefeito por dois mandatos, anteriormente. A gestão inicia com alguns problemas por causa do histórico de mandatos anteriores, também devido há crise econômica que o Brasil vem enfrentado. Com isso todos os municípios brasileiros são atingidos diretamente. A comunidade monte alegreense é composta, na sua maioria, de negros e pardos e dotada por expressões e diversidades culturais e artísticas. A diversidade cultural do município encanta a todos desde os próprios moradores aos visitantes, por se marcada pela sua expressividade. As manifestações destacam a cultura afro brasileira com suas danças, sons e comidas típicas.

A religiosidade é outra característica do município. A maioria da população é católica, que preserva tradições seculares, como as festas de Nossa Senhora do Rosário, Divino Espírito Santo e Santo Antônio. Por isso todos os anos a cidade recebe muitos devotos e visitantes nos festejos.

Sua população estimada em 2013 era de 8.166 habitantes. Localizado na região nordeste do Estado de Goiás, pertence a microrregião denominada Chapada dos Veadeiros. Limita-se ao norte com o município de Arraias, TO e Campos Belos de Goiás; ao sul com São Domingos e Nova Roma; ao leste com Divinópolis de Goiás; e ao oeste com Cavalcante.

A agricultura muito contribui para a economia do município. A maioria das culturas são lavouras de subsistência. Os principais produtos produzidos no município são arroz, milho e feijão. O produtor local dispõe de assistência Técnica do serviço de Extensão Rural/Agência de Desenvolvimento Rural de

Goiás. A principal economia do município apoia sobre o rebanho bovino predominando a pecuária de corte, e a comercialização de gado sendo até exportado para outros municípios, além de servir a comunidade com a produção do leite.

Na saúde o município passa por sérias dificuldades. O hospital Municipal não tem equipamentos essenciais, faltam médicos, e há anos está impedido de fazer qualquer procedimento cirúrgico. Com isso os habitantes dependem dos hospitais dos municípios vizinhos como Campos Belos e Arraias.

Apesar de haver muitos aspectos negativos, o município conta com um ensino tido como de boa qualidade desde a educação infantil até o ensino médio. Não há faculdade, tendo que se deslocar para Campos Belos, onde há um Campus da Universidade Estadual de Goiás (UEG), um Campus do Instituto Federal Goiano (IFG) e um Campus particular da Faculdade Terra, ou Arraias, onde há um Campus da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

A Educação Infantil e a primeira fase do ensino fundamental é responsabilidade do município. A segunda fase do ensino fundamental e ensino médio é responsabilidade do Estado. Um projeto aplicado na Escola Municipal Jurivê de Sousa Vila Real, ganhou destaque pela qualidade de ensino oferecida pelo município, e esse reconhecimento foi transmitido para todo o país, pelo um programa da TV FUTURA em parceria com a Globo e TV ESCOLA.

Mas, há barreiras ainda a serem vencidas. Segundo os professores que trabalham nas escolas em Monte Alegre de Goiás, a primeira dificuldade é por causa dos fechamentos da maioria das escolas rurais. Este problema atinge milhares de crianças e jovens. Mesmo que essa questão vem sendo duramente criticada por ONGs, movimentos sociais como: MST e órgãos federais como o MEC (que reage pela pressão dos movimentos sociais). É louvável citar que o MST é o maior lutador pela essa causa, e graças a ele, não será mais tão fácil o Estado e o município fechar uma escola rural. Isso porque, que uma das suas recentes conquista na área da Educação do Campo, foi levar o MEC a editar uma portaria com base numa lei aprovada no Congresso, que antes de fechar

qualquer escola rural a partir de agora terá que consultar a comunidade antes, pois se não configurar como crime.

No município são muitos alunos que moram na zona rural, e o transporte escolar é um dos vilões, pois faz com que os alunos faltem bastante aula. Houve casos em que os estudantes ficaram mais de semana sem transporte. Além do mais, nem todos os carros prezam pela segurança dos alunos. Alguns não têm cinto de segurança, em outros casos há superlotação de aluno. Para completar todos esses transtornos vividos pelos alunos, as estradas na sua maioria estão todas em péssimo estado. Assim como esperar que o aluno tenha um bom desenvolvimento no processo de aprendizagem? Muitos alunos moram em localidades bem distantes, que tem de sair de casa de madrugada, e muita vezes sem ter se alimentado, para estudar no período vespertino e só chegam as suas casas à noite. Essa realidade é vivenciada por muitos professores em sala de aula com alunos desmotivados, famintos. Pois, mesmo tendo merenda escolar, a mesma não é suficiente para saciar a fome. Assim os professores não conseguem fazer com que os seus alunos consigam bons rendimentos, e com isso ficam atrasados em relação aos outros colegas. De tal modo que Paiva (ano) considera:

Desse modo, o trânsito casa-escola feito pelos alunos de zona rural até a cidade pode ser visto como uma representação metaforicamente do processo transcultural que ocorre nesse contato: a criança entra no ônibus e parte a direção a um meio pouco conhecido e muito idealizado. O veículo não transporta apenas o físico, mas com ele os costumes, as crenças e variedade linguística para dentro da escola, levando a criança a perceber, por meio desse contato, os valores atribuídos às suas manifestações em relação à cultura urbana letrada, fazendo com que ela deseje estar no lugar do da cultura de prestígio. (p.32).

Outro fator que também contribui para o não rendimento dos alunos que moram na zona rural é terem os pais ou responsáveis analfabetos. Pois quando as atividades são enviadas para casa, na maioria das vezes, voltam sem serem feitas, ou seja, a situação do analfabeto não prejudica só ele mesmo, mas toda família. E assim, gera trauma para todos, por não ter uma estrutura digna que permite um crescimento escolar. É preciso que se crie uma adequação do contexto escolar, para que não exista mais todos esses

transtornos, não somente para os alunos quanto para a família, porque se continuar assim, se tornará um ciclo vicioso que passará de geração à geração.

No município de Monte Alegre, atualmente, a rede de ensino escolar conta com as seguintes escolas municipais: Creche Mãe Augustinha Ramos, Centro Educacional José da Silva Almeida, Escola Municipal Mãe Marinha e Escola Jurivê de Souza Vila Real. As escolas estaduais são: Colégio Estadual Dona Joaquina Pinheiro e Colégio Estadual Antônio José de Oliveira. Entretanto há outras escolas estaduais kalungas e municipais: Aristeu, Pelotas e Pé da Serra na zona rural do município.

## **2.2. A realidade do campo no município de Monte Alegre de Goiás**

Para Linhares (2006, p.05), a história agrária no Brasil, não tem sido a favorita dos historiadores, e menos ainda do grande público, ou seja, da maioria dos leitores brasileiros. Pelo simples fato de que essa história foi construída por pessoas simples, desconhecidas e humildes, na sua maioria analfabetas, que lutaram apenas por sua própria subsistência:

Seus autores foram homens e mulheres, meros figurantes, que ocuparam a fronteira aberta, que povoaram o interior do País e alargaram os horizontes de um mundo novo. Na trilha que abriam, seguia-se a grande propriedade que se aproximava dos espaços, das melhores terras, das fontes de água, levando escravos, arrebanhando trabalhadores onde estes se encontrassem (...) (LINHARES, 2006, p. 05).

A autora afirma ainda que muitos observadores contemporâneos dividem o país em dois: “para observadores mais atuais, era o outro Brasil, retaguarda do litoral, iletrado, atrasado, distante, gerador de folclore, de messianismo, de violência (...)” (LINHARES, 2006, p. 06). Entretanto, é ela que nos transmite todos os processos de ocupação do solo, desde as guerras entre os brancos e os índios, a criação dos primeiros povoados e do trabalho, da produção de alimentos, do crescimento da pecuária. Enfim, de tudo que está ligado ao meio rural. Salaria ainda autora que essas pessoas do campo levam uma vida mais de necessidades, ou melhor, sofrida, do que de abundância, condições dos solos, do regime das chuvas, de flora, da fauna do lugar.

Trata-se de pessoas sofridas e ao mesmo tempo fortes, pois lidar com a terra não é uma tarefa fácil, porque muitas vezes não depende só deles, depende também dos fenômenos naturais (chuva, sol, estiagem e etc.). Deveria haver mais políticas públicas visando o bem estar dessas pessoas, que contribuem tanto com a produção de alimentos e desenvolvimento do país. É necessário investir primeiramente numa Educação de qualidade alcançando todas as idades e levando em conta toda a sua história de vida.

No nosso município a maioria das pequenas propriedades rurais, foi adquirida através de herança de seus ascendentes, e a presença do analfabetismo vem de geração para geração. Considera-se que essas famílias vieram dos então chamados escravos livres, aqueles que não eram donos de terras, mas que plantavam nas terras dos fazendeiros apenas para a subsistência da sua família, também chamados de meeiros.

São muitas as comunidades rurais em Monte Alegre de Goiás, isso porque o município é um dos maiores da região. As maiores comunidades quanto à população são: Kalunga, Prata, Riacho dos Cavalos, Pelotas e Paranã. Mas também há outras comunidades menores, tão ricas em produtividade rural e cultural local quanto as outras. Todas têm algo em comum, ou seja, a maioria das pessoas é dona das suas próprias terras. As pessoas plantam e criam animais para a sua própria existência, e prestam serviços aos médios e grandes fazendeiros, pois a pecuária é um negócio de destaque no município crescendo a cada dia, exportando até para outros estados.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido como Movimento dos Sem Terra ou MST, nasceu da articulação das lutas pela terra, no final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST é considerado como fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil, e teve seu marco histórico de desenvolvimento no período de 1979 a 1984.

O Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná, foi

quem criou o (MST), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que tem como objetivo: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem exploração da mão de obra barata de nenhum trabalhador.

Contudo, vão formando em seu território, sua própria militância, resultando em uma produção da cultura da educação infantil no campo e de um movimento massivo de alfabetização, pois a educação é o caminho para se formar uma sociedade mais justa onde haja espaço e direitos iguais para todos.

São conquistas de uma luta coletiva em que na maioria das vezes para se conquistar um objetivo, muitos tem que pagarem com a própria vida em prol de todos, lutando por um novo projeto de desenvolvimento para o campo, e para o país, além de possibilidade de novas relações sociais. O MST possui diversas características que o distinguem em sua trajetória de movimento social de trabalhadores e trabalhadoras do campo, e assim vindo conquistando seu espaço, e alcançando seus objetivos, e um deles é a erradicação do analfabetismo.

No município há um assentamento, o Atalaia I que fica as margens da Go 118, que foi criado em 04 de abril de 1996, com 92 famílias. As famílias cultivam pequenas lavouras, e criam animais para própria subsistência. Mas, com o avanço das tecnologias, já estão começando a implantar micro e pequenas empresas. Já uma empresa que vende esponja vegetal para banho.

A maior dificuldade enfrentada pelas famílias que mora no assentamento é a falta de água no período de estiagem, por haver poço artesiano, as famílias dependem diretamente do rio Atalaia (daí o porquê da escolha do nome para o assentamento), pequenos açudes e cisternas que secam no período da seca. E nesse período é abastecido por caminhão pipa.

Não há escola e nem posto de saúde na comunidade. Os alunos são trazidos para estudarem na cidade pelo transporte escolar. Também não tem nem um programa de alfabetização de Jovens e Adultos, apesar de ser uma das reivindicações da população. Esse desejo foi expresso por um entrevistado: da Associação da comunidade: “se reabrisse as duas escolas que havia no assentamento eu iria estudar mesmo velho e de mente cansada. Mas,

cansado da roça, e ainda ter que pegar ônibus pra ir pra cidade estudar não dar!” (Salvador Rosário Gonçalves).

### **2.3. O analfabetismo no município, no campo e na cidade.**

A região do nordeste goiano é conhecida pelas suas belezas naturais, com dois parques estaduais, o da Chapada dos Veadeiros e o da Terra Ronca, conhecidos internacionalmente pela sua riqueza em fauna e flora que recebe milhares de turista em busca de contato com a natureza.

O nordeste goiano possui área de 38.726,364 km<sup>2</sup>, representando 11.39% da área total do Estado. Como região de planejamento compreende a microrregião Chapada dos Veadeiros e microrregião Vão do Paranã. Abrange 20 municípios e faz divisa com os Estados de Tocantins, Bahia, Minas Gerais e o Distrito Federal. Os municípios que fazem parte do nordeste goiano são: Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambaí, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, Posse, São Domingos, São João D’Aliança, Simolândia, Sítio D’Abadia e Terezina de Goiás. Essa região faz divisa com três estado: Bahia, Minas Gerais e Tocantins.

Entretanto, essa região não é conhecida apenas por suas belezas naturais. É considerada como o corredor da miséria, pois, está marcada pelo alto índice de analfabetismo no campo, o que impede o desenvolvimento das cidades e contribui ainda mais para o desinteresse dos governantes em investir em políticas públicas na região, pois o IDH (índice de desenvolvimento humano), sempre tem resultados negativos e está entre um dos menores do país.

O Nordeste Goiano está localizado na divisa com os estados da Bahia e do Tocantins, se apresenta de forma homogenia, todos os seus municípios comungam dos mesmos males e sua população sofre com a falta de investimentos e de políticas sustentáveis que busquem de forma definitiva minorar as asperezas da vida deste sofrido e altivo povo, o que lhe valeu o incômodo e infeliz pseudônimo de “Corredor da miséria” (BELTRÃO, 2010, p. 02).



Esses males são causados pelo descaso político, afirma Beltrão (2010), sendo comprovado pelos desequilíbrios socioeconômicos na região, basta apenas analisar a estagnação da economia, principalmente na área agrícola, as lavouras são apenas para a subsistência. Na infraestrutura só há indústrias de porte pequeno, nenhuma de porte médio. As rodovias não são todas pavimentadas, no período chuvoso ficando intransitável e pasme, em outra há décadas que ainda utiliza a balsa para fazer a travessia de carros e pessoas.

Na área saúde pública não há nenhum hospital de referência, a há casos de varias doenças motivadas por falta de saneamento básico, a mortalidade infantil e outros tipos de doenças atingem altos índices levando em conta as regiões mais pobres do Brasil. Esses problemas faz com o que o nordeste goiano tem os menores Índices de Desenvolvimento Humano do país-IDH. Para melhor exemplificar, em nenhum hospital da região faz tratamento de hemodiálise, tendo que ir para Formosa ou Goiânia, e com isso as prefeituras gastam milhões por ano com esse tipo de transporte. Na área educação, há duas universidades públicas UEG-Universidade Estadual de Goiás, um campus em Campos Belos e o outro em Posse. Mesmo sendo um salto para o futuro à implantação das mesmas, a realidade não é tão boa assim, faltam muitos investimentos tanto na área humana quanta física. A situação das escolas estaduais também não é diferente precisam de reformas e reaparelhamento, refletindo direto no aprendizado dos alunos, revelados pelas avaliações do governo IDEB e ENEM, sendo baixos os índices de aprovação.

Os programas sociais implantados não estão sendo suficientes para erradicação da definitiva pobreza e da miséria. Não atendendo as pessoas mais necessitadas, há deficiência de creches, programas d valorização do idoso apoio aos jovens e adolescentes e incentivos a criação de empregos e renda no meio rural. Na área da segurança pública, há pouco policiais, nem todas as cidades há cadeia, faltam viaturas, armas e baixo salário. E em contra partida tendo que lidar com o aumento da violência, dos delitos e do tráfico de drogas que está crescendo cada dia mais na região, alerta Beltrão 2010 (p. 03).

Nesta Região a presença do analfabetismo ainda é assustadora, uma vez que, o número de analfabetos, principalmente na zona rural é bastante

elevado, pois, a cada família onde as pessoas têm acima de 40 anos, 90% são analfabetos, e os que sabem ler cursaram apenas até a 4ª série do ensino fundamental (antigo primário), porém, não sabem como se defender quando o assunto é lutar por seus direitos básicos, tudo isso é comprovado pelos dados do censo do IBGE de 2010.

Toda essa região está sempre sobressaindo, negativamente com base nos censos estáticos do Índice Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar de que houve uma queda significativa em Goiás na última década. Mesmo assim o nordeste goiano mantém-se nas últimas posições. Em 200 a taxa era de 10,8% da população do estado todo era analfabeta em 2000, caiu para 7,3% em 2010.

Quando se avalia minuciosamente os dados, é de se lastimar os índices dos municípios do nordeste de Goiás. A região tem uma população de aproximadamente 151.870.

A pesquisa foi feita com pessoas da faixa etária de 15 anos acima. Quanto mais velho for à pessoa, maior será o índice de analfabetismo.

O município de Monte Alegre de Goiás com cerca de 8. 392 habitantes segundo estimativas do IBGE de 2016, ocupa o segundo lugar com 25% de sua população analfabeta. Perdendo apenas para a cidade de Cavalcante com 26,9% de habitantes analfabetos. E destes há a maioria são negros e pardos, têm mais que dobro de brancos nesse grupo.

A cidade com menor índice é a capital Goiânia 3,3 de analfabetos.

Segundo Freire (1993), o analfabeto é vítima da injustiça social, é a negação do direito a alfabetização. A autora destaca que a condição de analfabetismo “não é uma escolha nem se soluciona por decretos ou leis, porque vem sendo o resultado das múltiplas e infinitas transas dialéticas das pessoas, enquanto posicionadas nas classes sociais ( p.18).

Paulo Freire (1993) coloca em evidência a importância do ato de ler, de ler o mundo e considera que o alfabetismo é fundamental para haver exercício da cidadania, é imprescindível que o indivíduo participe como sujeito na interação com a sociedade letrada. Estas considerações vão de encontro com a afirmação de Graff (1990), na qual considera que a alfabetização deve ser concebida para o que ela foi histórica e culturalmente pensada e, pelo que ela representa contemporaneamente, assim como pelo que pode ser no futuro.

Contudo, o autor considera necessária uma reconceitualização do termo alfabetismo ao destacar que, na imaginação popular, o “alfabetismo” é a característica distintiva mais importante de um homem civilizado e de uma sociedade civilizada. (Freire 1993).

Como já fora afirmado anteriormente, para o autor Alfonsin, a questão do analfabetismo tem uma ligação direta com a pobreza dos brasileiros e os dados do IBGE 2015 veem pra confirmar tudo isso. Os dados mostram o valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes, ou seja, R\$ 190,00, no meio rural. O valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes, no meio urbano é de R\$ 277,67. Os próprios dados já dizem por si. Baseado nos mesmos é inegável a triste situação vivida pelos habitantes monte alegre e em especial do campo cuja renda média per capita por pessoa é quase cem reais a menos que dos habitantes da cidade. Percebe-se que para essas pessoas não é simplesmente negado apenas o alimento e sim toda a dignidade de um ser humano que segundo a Constituição de 1988 todos os direitos (liberdade, direito a vida, segurança, proteção, saúde, educação entre outros) são garantidos a todas as pessoas, sendo dever da União, estados e municípios.

## **CAPÍTULO III**

### **EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA DAS ESPERANÇAS PARA A ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO**

É de grande importância falar não somente das altas taxas e dos problemas causados pelo analfabetismo em especial o rural, mas também dos programas que foram criados após várias lutas sociais, para erradicação ou diminuição do analfabetismo brasileiro.

#### **3.1. Educação do Campo**

O Brasil é um país miscigenado, uma vez que a nossa raça foi criada a partir das misturas dos brancos (europeus), negros (africanos) e indígenas. Arroyo (2006) defende que é necessário levarmos em conta como algo principal na construção do projeto Educação do Campo a diversidade. Pois, para ele, as batalhas em busca da construção da Educação do Campo trazem os sinais históricos da diversidade de sujeitos coletivos, de movimentos sociais que se acham nas lutas por uma nova educação em outro projeto de campo e sociedade. Portanto, afirma que, o projeto de Educação do Campo se torna mais rico com esse reconhecimento da diversidade.

Quando se fala em diversidade brasileira, logo vem a nossa mente, todas as misturas possíveis que forma a identidade do povo brasileiro, seja tanto quanto a cor da pele quanto das várias manifestações culturais. E é realmente essa diversidade que Arroyo defende e ao mesmo tempo exalta, porque infelizmente há muito preconceito referente à raça, a gênero, etnia e classe social:

O reconhecimento da diversidade de coletivos em lutas por terra, território, e trabalho, educação, escola está presente na história da defesa de outra educação do campo nas conferências, no fórum e na pressão por políticas públicas, na proximidade dos cursos de Formação de Educadores,

Pedagogia da Terra e Formação de Professores para o campo, indígenas, quilombolas etc. A diversidade está exposta e exige reconhecimento (ARROYO, 2006, pg. 229).

Segundo Arroyo (2006) um dos princípios que norteia a Educação é que os seres humanos se fazem, se formam e se humanizam no realizar a história. Logo, há diferentes formas de realizar a história, e assim sendo reconhecidos os seres humanos como sujeitos da história ou serem expelidos da nossa história causa certas marcas no realizar-se, no formar-se no humanizar se que requer reconhecimento na teoria e nos projetos de formação.

A história social, política e cultural brasileira são tidas como criadoras de grupos diversos e desiguais, consistindo na criação dos diferentes em gêneros, em raça, em etnia, e também dos trabalhadores do campo como inexistente, segregados e inferiorizados como pessoas de histórias. E estão sempre sofrendo preconceitos, forçando a mantê-los a margem da história e a margem da história social, econômica, política e cultural, afirma Arroyo. E um dos aspectos principal da educação é esse: “primar pela busca da universalidade na sua implementação e pelo respeito às diferenças como princípio de combate à exclusão, principalmente quando se trata dos povos do campo” (CAMPOS, 2006, pg.237).

Segundo Caldart a Educação do Campo surgiu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: surgiu da mistura das lutas dos Sem Terras pela fundação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de muitas organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas vivências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade.

A Educação do Campo nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas. E ao nascer lutando por direitos coletivos que dizem respeito à esfera do público, nasceu afirmando que não se trata de qualquer política pública: o debate é de forma, conteúdo e sujeitos envolvidos (...) também como crítica a uma educação pensada em si mesma ou em abstrato; seus sujeitos lutaram desde o começo para que o debate pedagógico se

colasse à sua realidade, de relações sociais concretas, de vida acontecendo em sua necessária complexidade (CALDART 2002)

Diversas populações camponesas, indígenas, caiçaras, quilombolas, atingidas por barragens, agricultores urbanos, trazem consigo o sentimento e a luta pela emancipação, pela Educação do Campo. Esse é um traço pedagógico que faz parte dos mesmos. Em busca de uma educação que se baseia numa perspectiva contra-hegemônica fundamentada no que Gramsci defende. É isso que distingue a Educação do Campo da Educação Rural. A Educação do Campo defende o protagonismo dos movimentos sociais do campo na participação de políticas educacionais. Exige nova percepção de educação que abarque suas cosmologias, batalhas, territorialidades, entendimento de natureza e família, arte, manejos de produção, bem como coordenação social, o trabalho entre outros aspectos locais e regionais que compreendem as especificidades de mundo rural.

Diferentemente da Educação do Campo, a educação rural sempre foi criada pelos organismos oficiais. Sempre teve como alvo a escolarização como ferramenta de adequação do homem ao produtivismo e a fantasia de um mundo urbano, sendo utilizado com forma de fazer com que o homem do campo viesse para a cidade, para se torna operário (mão de obra barata). A educação rural cumpriu a função de colocar as pessoas do campo na cultura capitalista urbana, tendo uma posição fortemente colonizadora. (FREIRE, 1982)

A Educação do Campo não defende apenas uma prática contra-hegemônica, mas, luta também contra os fechamentos das escolas rurais, por melhorias nas estruturas físicas, por formação continuada dos professores, por materiais didáticos contextualizados. Apesar de ser criticada fortemente por varias entidades, como o MEC, continua sendo uma atitude cada vez maior dos estados e municípios. Baseado nos dados do Observatório da Equidade (fonte) as matricula no campo representa somente 13% do total do país. Essa porcentagem simboliza mais de 6,6 de crianças e jovens distribuídos em 83 mil escolas rurais. Para se ter uma noção essa quantidade de alunos é maior que toda a população do Paraguai, como afirma Fernandes (2001, p.1)O transporte dos alunos do campo para as escolas da cidade acarreta grandes prejuízos,

pois, com essa mudança perde-se mais do que se ganha, e são vários os motivos: a evasão escolar; a repetência e a distorção série-idade. Porque na maioria das vezes as viagens são longas e cansativas, contribuindo para a evasão. Em muitas cidades há problemas com o transporte escolar fazendo com que o aluno tenha muitas faltas e pouco rendimento escolar. E com isso essa nucleação de escolas está sendo responsabilizada por estar criando obstáculos de ingresso, de inclusão e permanência de jovens e crianças do campo na escola, alerta Oliveira e Campos (2006, p. 239).

Conforme o último censo agropecuário de 2006 feito pelo IBGE o Brasil tem 4.551.9767 propriedades em 106.761.753 hectares preenchidos pela agricultura familiar. E o censo de 2010, mostra que a população rural brasileira equivale a 15% da população total do país. Em 2000 a população rural era de 19%, já os dados do censo de 1980 demonstravam 32%. A cada ano veem diminuído mais, ou seja, o êxodo rural. As pessoas vão para cidade em busca de melhorias de vida. E esse é um dos motivos pelos quais os movimentos sociais lutam, por políticas públicas que favoreçam os sujeitos do campo em todos os níveis.

A Educação do Campo indica um fenômeno da realidade brasileira atual, tendo como atores principais os trabalhadores do campo e suas organizações, que tem em vista refletirem sobre a política de educação até os interesses sociais das comunidades camponesas. Assim abrange tudo que engloba o campo: trabalho, cultura, educação, políticas públicas, lutas sociais dos camponeses, agricultura, formação humana etc.

A Educação do Campo como exercício social em processo de construção histórica tem algumas características que podem ser enfatizadas. Quais são essas características? É preciso explicitar, pois é fundamental no seu trabalho.

A Educação do Campo como luta social, tem em vista o acesso dos trabalhadores do campo a educação, e não somente educação, mas sim aquela feita por eles mesmos e não só em seu nome. A Educação do Campo não é para nem apenas com, mais sim, dos camponeses, expressão verdadeira de uma pedagogia do oprimido. Porém associa a luta pela educação com a luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território.

### 3.2. Educação de Jovens e Adultos - EJA

É de grande importância discorrer sobre a Educação de Jovens e Adultos do mesmo modo que falamos sobre a relevância da implantação da Educação do Campo como prática educativa para os sujeitos do Campo. Porque a EJA é uma conquista dos movimentos sociais.

A EJA é uma modalidade específica da educação básica, dedicada aos sujeitos do campo e da cidade, que de alguma forma não puderam estudar, ou tiveram que interromper os estudos, seja na infância, adolescência ou na juventude. Essa educação é destinada somente àqueles jovens e adultos que não tiveram acesso ou não deram continuidades aos estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

A EJA segundo Araújo, é a comprovação desse problema que ainda não houve total efetivação aqui no Brasil, ou seja, de que a garantia do ensino fundamental, obrigatório e gratuito, até mesmo para os que não tiveram ingresso na idade certa, não vem sendo realizada na cidade e principalmente no campo. Daí o porquê de tantas lutas pela a criação da mesma.

Essa foi uma conquista dos movimentos sociais do campo e da cidade, que têm lutado há muitos anos para transformar essa triste história. Pois, ter a acesso educação é um direito de todos, independente de sexo, raça, etnia, classe social entre outros, desde alfabetização a universidade. Trata-se de um direito humano A EJA é um resultado das lutas camponesas para assegurar aos trabalhadores do campo o ingresso à educação.

O EJA quando implantado no Colégio Estadual Dona Joaquina Pinheiro foi um divisor de águas na Educação básica do município, pois várias pessoas conseguiram concluir o segundo grau. E a muitos alunos era da zona rural, por haver demandas tinha três linhas transporte escolar. Por motivos diversos muitos pararam de estudar, e o EJA contribuiu de forma brilhante com que todo esse atraso, fosse recompensado.

Hoje infelizmente, a realidade do EJA no Colégio Estadual Dona Joaquina Pinheiro não é mais o mesmo, a alguns anos está defasado, por falta de alunos, como são poucos, há apenas uma linha de transporte escolar, que



na maioria das vezes falta bastante, sendo responsável por um dos motivos de evasão escolar.

A EJA foi implantada no município de Monte Alegre no ano de 2004, no Colégio Estadual Dona Joaquina Pinheiro, oferecendo do 5º ano do ensino fundamental ao 3º série do ensino médio. Atendia alunos da zona urbana e rural e funcionava no turno noturno. No ano de 2005 foi implantado também nos três anos do Colégio Antônio Jose de Oliveira, que oferece apenas o ensino médio. Agora em 2016 por falta de alunos o EJA somente oferece três turmas no Colégio Estadual Dona Joaquina Pinheiro que são o 6º e 9º do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio com apenas 15 alunos, sendo que mais da metade são alunos da zona urbana, apenas 5 da zona rural.

Alguns moradores da Beira do Sucuri, concluíram os estudos através do programa EJA. Um destes, da minha família, Galdino Ferreira da Silva, é prova viva, após constituir família teve que deixar o estudo para trabalhar, anos depois, voltou a estudar e concluiu o ensino médio no Colégio Estadual Dona Joaquina Pinheiro, e não parou por aí. Ingressou na carreira política, sendo eleito duas vezes como vereador. E a mais nova recompensa de ter terminado os estudos, foi passar na faculdade. Uma outra pessoa, também da minha família, Laura da Silva, também começou a estudar, mas por causa das faltas do transporte escolar e do não consentimento do esposo desistiu, apesar de estar gostando das aulas.

Porém, hoje não há ninguém da comunidade cursando o EJA. Isso porque a maioria das pessoas que moram na comunidade é idosa e há também crianças. Os jovens que não terminaram o ensino médio foram embora em busca de outros horizontes.

### **3. Metodologia da pesquisa**

A abordagem para a realização da pesquisa foi qualitativa, por meio de conversas formais e informais e aplicação de questionário a sete pessoas da comunidade em estudo. A pesquisa é exploratória, ou seja, teve um levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram ou tem experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que

excitem o entendimento. Assim tendem oferecer um entendimento geral de um determinado fato, de modo aproximativo.

### **3.3. Comunidade Beira do Sucuri**

A comunidade escolhida para o estudo de caso é a minha comunidade, porque eu vivencio essa realidade, pois, são varias as dificuldades, transtornos e prejuízos irreparáveis que as famílias enfrentam devido ao fato de todos serem trabalhadores rurais e analfabetos que já sofreram muitas injustiças. E não somente os trabalhadores desta comunidade, mas, muitas outras pessoas do campo.

A comunidade Beira do Sucuri localiza-se às margens da GO-118 saída para Campos Belos, a dois quilômetros da cidade de Monte Alegre de Goiás, na zona rural. O nome da comunidade tem sua origem no rio Sucuri que corta toda a comunidade. A primeira família chegou em 1987, vinda da Fazenda Vargem Redonda deste mesmo município, que era dos meus avôs paternos, onde moravam com os seus filhos e as famílias dos mesmos. Mas, como todos eram analfabetos, perdeu praticamente toda a terra para um grileiro, o que sobrou o meu avô vendeu e comprou a Fazenda Alvorada que faz parte hoje da comunidade Beira do Sucuri.

Desde 2002 há energia elétrica. Não há agua tratada ainda. A água consumida é retirada do rio Sucuri, de barragens que há nas propriedades, e no período de estiagem, a água é trazida da cidade em galões. Não há também escola e nem posto de saúde. Entretanto, a comunidade é de fácil acesso, sendo até possível ir á pé a cidade. Mas, conta também com o transporte escolar, para levar os alunos para estudar na cidade. Mesmo assim a maioria dos idosos que residem na comunidade é analfabeta.

Na comunidade existem 10 famílias residentes, pequenos agricultores, donos de suas propriedades. Um dos processos mais importante é o período de plantação de arroz, feijão, milho e mandioca e cana de açúcar. Tem um pequeno engenho e uma casa de farinha na propriedade do meu pai, mas, é utilizado por todos da comunidade quando precisam. Tudo feito artesanalmente.

A necessidade e a motivação para realizar a pesquisa nessa comunidade vieram da realidade presenciada e vivenciada ao longo da minha

vida como descendente de trabalhadores rurais ex-assessora previdenciária e atualmente advogada cível e previdenciária. Outro motivo foi o fato de ser estudante da LEdoC, conhecedora dos problemas da área da educação do município e da comunidade, em especial aqueles problemas enfrentados pelas pessoas analfabetas. Vários questionamentos ficaram mais significativos após as entrevistas que fui colhendo a cada trabalho de assessoria que fazia na região do nordeste goiano. E o meu principal desejo foi levar ao conhecimento da sociedade e do Estado, as grandes perdas dessas pessoas em consequência do analfabetismo. Em busca de criação de políticas públicas que visam a ajudar esse caso específico que é o analfabeto.

Esse é um dos exemplos pelos quais me faz lutar pelo fim do analfabetismo. Meus avós paternos, juntamente com o meu pai e mais dois tios, perderam um propriedade rural, nesse mesmo município por falta de conhecimentos, ou seja, todos eram analfabetos. E pessoas de má fé aproveitaram disso e mesmo que os mesmos moravam na propriedade perderam quase toda a terra, para um grileiro, que a registrou no seu. E até hoje quando toca nesse assunto, paira um sentimento de dor e injustiça.

Para entender melhor a real situação da pessoa que mora no campo, apontamos inicialmente a seguinte questão:

As três pessoas que responderam o questionário têm idade de 60 (uma) e 65 (duas) anos. Quando perguntados “estudou até que série”, as respostas foram as seguintes: duas disseram 1º ano ensino fundamental e uma 2º ano do ensino fundamental. Se levarmos em conta a definição de alfabetismo absoluto e analfabetismo que já foi definido anteriormente, podemos afirmar que há dois analfabetos absolutos e um analfabeto funcional. Analfabeto que apenas concluiu o primeiro ano do ensino fundamental e analfabeto funcional que conclui até o terceiro ano do ensino fundamental. Os entrevistados analfabetos somente assinam os próprios nomes. Já o entrevistado que é analfabeto funcional assina o próprio nome, algumas palavras e ler pequenos textos, mas não consegue interpretar.

Com relação à pergunta “qual foi o motivo da desistência”, as respostas foram:

não concluí os meus estudos por falta de incentivo dos pais por necessidade de ajudar os pais nas tarefas da casa e da roça;

por falta de incentivo e oportunidade, pois tive que trabalhar desde criança para ajudar meus pais no sustento da família; por falta de condições financeiras.

O questionário foi aplicado por mim, eu fiz as perguntas e os entrevistados responderam e preenchi os mesmos conforme as suas respostas, porque alguns não conseguiram por serem analfabetos ou semianalfabetos e teve caso de outros que não quiseram responder sozinhos por vergonha da caligrafia e ortografia.

Os motivos que levaram os entrevistados a não concluíram os estudos foram semelhantes:

não concluí os meus estudos por falta de incentivo dos pais por necessidade de ajudar os pais nas tarefas da casa e da roça; por falta de incentivo e oportunidade, pois tive que trabalhar desde criança para ajudar meus pais no sustento da família; por falta de condições financeiras (Entrevistados I, II e III).

Por serem pessoas de famílias de poder econômico escasso, tiveram que trabalhar desde criança, tanto nas tarefas da casa quanto na lavoura, produzindo alimentos, para sobreviverem.

Infelizmente os pais desses entrevistados passaram por esse mesmo problema, ou seja, também não tiveram incentivos dos pais e o que aprenderam transmitiram para seus filhos. Assim criou-se um círculo vicioso. Por outro lado as políticas educacionais daquela época eram diferentes das que são implantadas hoje porque não havia tanto incentivo por parte do governo como há agora. A maioria das pessoas não tinha tanto conhecimentos a respeito dos seus direitos, inclusive o direito à educação.

Neste sentido Freire (2010) afirma que “a vida não é a mesma em todo o lugar” (p.4). Isso acontece até os dias atuais, ou seja, a realidade das pessoas do campo é diferente da cidade. No campo se leva primeiro em conta a sobrevivência priorizando o trabalho com a terra e depois a educação.

Com relação à pergunta “se tivesse oportunidade de voltar a estudar, voltaria”, as respostas foram:

eu penso que seria muito importante, mas, por causa da idade avançada eu desisto; penso em estudar mais como já tenho a idade avançada aí já penso em desistir; sim, mas, fico desanimada por não ter a mente boa por causa da idade avançada (Entrevistado I, II e III).

Percebe-se um desânimo nas falas dos entrevistados, quando se refere a voltar a estudar, alegando que já estão velhos para voltar a estudar. Talvez seja porque há poucos investimentos em programas educacionais voltado para essa faixa etária. Um programa que poderia reacender o desejo dessas pessoas para voltarem a estudar seria o Educador Itinerante, é uma modalidade ainda não muito disseminada no país, que visa educar os alunos que necessitam de algum tratamento especial em casa, já que os idosos são pessoas já cansadas por causa da idade.

Quando perguntados “qual é o seu sentimento em relação à escola, ou seja, o que sente quando pensa na escola”, as respostas foram:

sinto triste de não saber resolver as coisas e ficar precisando dos outros é muito ruim; sinto triste, porquê tinha sonhos pra realizar, e acabei não realizando por motivos maiores; meu sentimento é por não ter estudado antes; penso se eu estudasse eu resolveria as coisas melhor no mundo hoje com tantas tecnologias. (Entrevistados I, II e III)

É visível pela fala de todos os entrevistados que se sentem tristes ao pensar na escola e em tudo o que perdeu, porque hoje esse estudo faz muita falta. E é isso que acontece não só com essas pessoas, mas inúmeras vivem essa triste situação no Brasil. E nem se o Estado ressarcir as mesmas, não iria apagar e nem tão pouco diminuir tal exclusão.

Diante da solicitação “relate quais as situações constrangedoras (desagradáveis, que faz com que você se sinta triste) que você passou por não ser alfabetizado”, responderam: “ter que pedir a ajuda dos outros, para fazer coisas simples como sacar um dinheiro no banco; ver meus amigos de escola todos formados; não saber o que está escrito em qualquer papel e ter que pedir para lerem pra mim”.

Pela fala dos mesmos já sofreram tantos constrangimentos por serem analfabetos, e na verdade a culpa não é delas. Não existe uma pessoa analfabeta que nunca sofreu um constrangimento por está nessa situação.

Diante da pergunta “em sua opinião o que pode ser feito para que o analfabeto não sofra mais situações humilhantes, ou preconceituosas perante a sociedade no momento em que você vai utilizar um serviço público ou privado (banco, hospital, INSS, fórum etc.)”, as respostas foram:

ter sempre alguém acompanhando a pessoa

analfabeta para ser bem orientada, para não ser humilhada; e que tivesse uma pessoa responsável para ajudar as pessoas analfabetas; é deixar uma pessoa responsável para estar sempre orientando estas pessoas que não entendem (Entrevistados I, II e III).

É dever do Estado cuidar e das pessoas e zelar pela sua vida em termos de educação, saúde, seguridade social, vida digna. Mesmo que não têm como o Estado reparar todo o prejuízo dessas pessoas, para elas o mínimo o que elas cobram e que Ele deveria instalar em cada órgão público ou particular (decretar) estivesse alguém exclusivo para atender essas pessoas, que de certa forma tem uma deficiência. Assim não estaria tampando o sol com a peneira, mais estaria dando um pingão de dignidade a um cidadão que como os outros pagam seus impostos e cumprem seus deveres com a sociedade na qual faz parte.

Com base nas falas dos entrevistados ficou claro a real situação vivida pelos analfabetos aqui Brasil. E o meu objetivo em utilizar esse questionário foi para apontar soluções, que possam minorizar as consequências desse problema. Uma delas é a reabertura das escolas rurais, já ficou comprovado que o transporte dos alunos do campo para estudarem cidade, traz mais prejuízos pros mesmos do que benfeitorias. Efetivar professores para trabalharem como Professores Itinerantes em todo o município. Porque todos têm o dever de retribuir de alguma forma para que haja uma sociedade mais justa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de tudo o que já foi apresentado e discutido sobre o analfabetismo no Brasil é inegável que o mesmo faz parte da história da negação do direito à Educação aos Povos do Campo. Pois, o acesso gratuito e de qualidade à educação é um direito garantido em lei. E por se tratar de um direito humano é defendido por muitos autores como o direito primordial, porque sem educação se torna mais difícil requerer a efetivação dos outros direitos. Uma das instituições que é capaz de produzir conhecimentos para toda a vida é a educação escolar, que abrange toda uma sociedade letrada, e quem não consegue decodificar os seus signos linguísticos, fica à margem dela. Isso que vem acontecendo há décadas no Brasil. Milhões de pessoas analfabetas, na sua maioria as que moram no campo e não sofrem apenas com o trabalho com a terra, mas, sim com a falta de políticas públicas eficazes. Para que um dia possa realmente erradicar o analfabetismo no Brasil, é necessário não somente uma mudança nos números, ou melhor, nas taxas, mas uma mudança de vida dessas pessoas significativamente para melhor.

Como cidadã brasileira acredito que todos tem o dever de retribuir de alguma forma para minorizar as consequências desse problema. E sonho com o dia que essa mudança chegue a todo o território brasileiro, pois muito vem se discutindo sobre os males que essa região padece que não são poucos. Faltam investimentos na área agrícola, saúde, educação, infraestrutura, segurança, e etc. Daí o porquê de ser conhecido como corredor da miséria. Não há adjetivo melhor para caracterizá-la. E essa negação ao direito a educação é parte desta negação, pois, anos após anos, os dados do IBGE e o IDH, estão sempre negativos, ocupando sempre os últimos lugares tanto em nível nacional quanto em regional.

Muitas lutas já foram travadas pelos movimentos sociais em busca de políticas públicas que ajudem a erradicar o analfabetismo no Brasil. Muitas delas são louváveis, já que houve um avanço em busca dessa solução. Um

dos programas criados em busca dessa conquista, foi a criação da Licenciatura em Educação do Campo e a Educação de Jovens e Adultos.

A Educação do Campo é um enfrentamento e superação desta negação, que luta pela garantia a educação, que seja no campo e do campo:

Uma educação do campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito à educação, e a uma que no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado onde vive; Do: O povo tem direito a uma educação pensada desde do seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas. (MOLINA, 2002, p. 18).

A Educação de Jovens e Adultos é uma parte desta luta de superação da negação desse direito a educação. Após vários anos de lutas dos movimentos sociais, essa modalidade escolar foi criada pensando nessas pessoas a quem de alguma forma esse direito foi negado. É louvável o papel dessa modalidade na vida de muitos alunos, que de alguma forma não conseguiram terminar os estudos no tempo certo e que conseguiram com o EJA a recuperar ou diminuir esse atraso.

Muitas pessoas já conseguiram concluir o ensino escolar através da EJA. O que ficou perceptivo na atuação do EJA no município de Monte Alegre de Goiás é a necessidade de mais investimentos e incentivos às pessoas que não foram alfabetizadas ou não concluíram os estudos para voltarem a estudar e também a implantação em comunidades rurais. Por ser um município grande há muitas comunidades rurais com números de pessoas suficientes para que se formem turmas e que diminua a taxa de analfabetismo no município.

Enfim, a questão do analfabetismo brasileiro é um problema que está longe de acabar, são perceptíveis alguns avanços em busca da solução desse problema, que atinge tantas pessoas. É preciso que o Estado crie um atendimento especial para essas pessoas, para que não se sintam tão inferiores, pois, a responsabilidade dessa exclusão é do próprio Estado, que vem negando isso à inúmeros cidadãos brasileiro há décadas. O atendimento especial equivaleria a um atendimento específico com datas agendadas em diferentes órgãos só para atenderem essas pessoas. Assim sendo mais justo, pois todos pagam impostos, cumprem com os seus deveres, e que até não



haja a erradicação, de alguma forma o Estado estaria pensando e fazendo algo pelos analfabetos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-12-07 14:07:52]. [Veja o autor.](#)

ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo M. *A Educação Básica e o Movimento Social do Campo*. Vol. 2. Brasília. BF: articulação nacional por uma educação básica do campo, 1999.

AVELAR, Gilmar Alves de; PAULA, Marise Vicente De. Comunidade Kalunga: trabalho e cultura em terra de negro. *Geographia* ano V- nº 9, 2003.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para a Construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo. Ano 2, número 2, 2004.

CARVALHO, J. S. Diretos Humanos, Cidadania e Práticas Educativas. In: *Alfabetização e Cidadania*, n. 7, São Paulo: RAAAB, 1998.

CARVALHO, J. S. Diretos Humanos, Cidadania e Práticas Educativas. In: *Alfabetização e Cidadania*, n. 7, São Paulo: RAAAB, 1998.

*Dicionário da Educação do Campo*. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. –Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio: O dicionário de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. FOLHA de São Paulo.

FREIRE, Ana Maria. *Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever*. São Paulo: Cortez, 1993. (Biblioteca de Educação).

FREIRE, Paulo. *Alfabetização: leitura do mundo e leitura da palavra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GNERRE, M. *Linguagem, Escrita, e Poder*. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1991.

GRAFF, Harvey. O mito do alfabetismo. In: *Teoria e educação*. Porto Alegre: Panorâmica, n2, p.30-64, 1990. \_\_\_\_\_. *Os Labirintos da Alfabetização: reflexões*

sobre o passado e o presente da alfabetização. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MEC. Secretaria de Educação Fundamental. *Uma História do Povo Kalunga*. Brasília: MEC/SEF, 2001.

MOLINA, Mônica: CASTAGNA, Educação do Campo. Vol I e II.

### **Sites**

<http://conceito.de/analfabetismo#ixzz3tdyYWr7g>

<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/viewFile/224/405>

<http://www.dinomarmiranda.com/2014/01/analfabetismo-nordeste-de-goias-volta.html>

<http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria>

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016)

<http://www.todospelaeducacao.org.br/.../opinio-analfabetism.../>

<https://luizparahyba.wordpress.com/2012/06/24/os-desmandos-no-nordeste-goiano-sob-os-olhares-do-mp/>

<http://educacaoespecialrondon.blogspot.com.br/2009/08/professor-itinerante.html>

<http://edu-campo.blogspot.com.br/2011/05/o-que-e-educacao-do-campo.html>

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Pesquisa\\_explorat%C3%B3ria](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pesquisa_explorat%C3%B3ria)

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)

## APÊNDICE

### QUESTIONÁRIO

Qual o é sexo?

Qual a idade?

Se é alfabetizado?

Concluiu até que série?

Qual foi o motivo da desistência?

Se tivesse a oportunidade de voltar a estudar voltaria?

Qual é o sentimento em relação a escola, ou seja, o que senti quando penso na escola?

Relate quais as situações constrangedoras (desagradáveis, que faz com que você se sinta triste) que você passou por não ser alfabetizado?

Em sua opinião o que pode ser feito para que o analfabeto não sofra mais situações humilhantes, ou preconceituosas perante a sociedade no momento em que você vai utilizar um serviço público ou privado (banco, hospital, INSS, fórum etc.)?

## ANEXOS

## MAPA DO NORDESTE GOIANO



O Nordeste Goiano possui área de 38.726,364 km<sup>2</sup>, representando 11.39% da área total do Estado. Como região de planejamento compreende a microrregião Chapada dos Veadeiros e microrregião Vale do Paranã. Abrange 20 municípios e faz divisa com os Estados de Tocantins, Bahia, Minas Gerais e o Distrito Federal.



QTDE	PROCESSO	PARTE	NATUREZA	COMARCA
1	201302102120	ACILONE BISPO DE SOUZA FILHO	MANDADO DE SEGURANCA	CAMPOS BELOS
2	201502164951	ADELINO PEREIRA RAMOS	ACAO PREVIDENCIARIA	CAMPOS BELOS
3	201401339039	ADELITA CANDIDO DE CARVALHO	PREVIDENCIARIA	CAMPOS BELOS
4	201401339365	ADELITA CANDIDO DE CARVALHO	ACAO PREVIDENCIARIA	CAMPOS BELOS
5	201502903118	AGRIPINO LUCIANO DA SILVA	ACAO PREVIDENCIARIA	CAMPOS BELOS
6	201401136588	AMBROSIO RODRIGUES DE OLIVEIRA	PREVIDENCIARIA	CAMPOS BELOS
7	201501378222	ANA BENTO BARBOSA DOS SANTOS	ACAO PREVIDENCIARIA	CAMPOS BELOS
8	201301592794	ANANIAS PEREIRA RAMOS	PREVIDENCIARIA	CAMPOS BELOS
9	201501384990	ANTONIA NETA CARDOSO DOS SANTOS	ACAO PREVIDENCIARIA	CAMPOS BELOS
10	201200409900	ANTONIO BERTO DE LIMA	PREVIDENCIARIA	CAMPOS BELOS
11	201201817697	ANTONIO BERTO DE LIMA	ACAO PREVIDENCIARIA	CAMPOS BELOS
12	201302100038	ARIADNA COSTA DE OLIVEIRA	MANDADO DE SEGURANCA	CAMPOS BELOS
13	201303127657	AVELINO PEREIRA DOS SANTOS	PREVIDENCIARIA	CAMPOS BELOS
14	201200132011	BARNABE PEREIRA DA SILVA	PREVIDENCIARIA	CAMPOS BELOS
15	201404362775	CARLIETE FERNANDES DE CASTRO	ACAO PREVIDENCIARIA	CAMPOS BELOS
16	201300131688	CLARINDA FREIRE DOS SANTOS	PREVIDENCIARIA	CAMPOS BELOS
17	201401138521	CRISTINO FERNANDES CASSIMIRO	PREVIDENCIARIA	CAMPOS BELOS
18	201403351524	EDITH PEREIRA DA SILVA	ACAO PREVIDENCIARIA	CAMPOS BELOS
19	201403605801	EDNA GONCALVES DOS SANTOS	ACAO PREVIDENCIARIA	CAMPOS BELOS
20	201201281193	ELISEU MOREIRA DE JESUS	PREVIDENCIARIA	CAMPOS BELOS
21	201403500945	ERICK FERREIRA DA SILVA	ACAO PREVIDENCIARIA	CAMPOS BELOS
22	201101693759	EVANILZA CUNHA SENA	ACAO PREVIDENCIARIA	CAMPOS BELOS
23	201302101611	EVELIN MARIA FERREIRA	MANDADO DE SEGURANCA	CAMPOS BELOS
24	201500268520	FIDELCINA ALVES DE OLIVEIRA	ACAO PREVIDENCIARIA	CAMPOS BELOS
25	201302108152	FLAVIA ANDRADE ARANTES	MANDADO DE SEGURANCA	CAMPOS BELOS
26	201401339160	FRANCISCA OLIVEIRA DA SILVA	ACAO PREVIDENCIARIA	CAMPOS BELOS
27	201202132434	FRANCISCA POVOA MOREIRA	PREVIDENCIARIA	CAMPOS BELOS
28	201101695476	GERALDINO ALVES DE CARVALHO	ACAO PREVIDENCIARIA	CAMPOS BELOS
29	201302107385	GLENDA MARTA AIRES FRANCA	MANDADO DE SEGURANCA	CAMPOS BELOS
30	201403099108	HELDER OLIVEIRA MOURA	ACAO PREVIDENCIARIA	CAMPOS BELOS
31	201302099811	IGOR RAMIRO ARAUJO CAMELO	MANDADO DE SEGURANCA	CAMPOS BELOS
32	201302100747	IRIS ELAINE FERREIRA	MANDADO DE SEGURANCA	CAMPOS BELOS

**LISTA DE PESSOAS COM AÇÕES JUDICIAIS NA COMARCA DE CAMPOS**

**BELOS-GO, EM QUE MAIORIA SÃO ANALFABETOS**

## ENTREVISTAS

Sirilo dos Santos Rosa, nasceu em 07 julho de 1954 na comunidade quilombola Engenho II município de Cavalcante-Go, mas anos depois mudou para a Comunidade Vão das Almas não havia escola na comunidade, acabou tendo que voltar para a sua comunidade Engenho II para começar a estudar, só que quando retornou consegui ingressar na escola, pois a professora havia ido embora para a cidade. E por ser uma localidade de difícil acesso, foram se anos sem ter aula, por não ter um professor para administra-las.

E assim sem estudo, Sirilo cresceu, se tornou homem e formou família. Tentou a ter voltar a estudar na modalidade EJA- Educação de Jovens e Adultos, só que permaneceu apenas dois meses na escola, por causa do trabalho na roça e os compromissos como liderança da comunidade, o impediram de permanecer. Aprendendo apenas a assinar o próprio nome.

Hoje o senhor Sirilo se sente inferior aos demais por ser analfabeto, principalmente com algumas pessoas, que encontra em reuniões, em aqueles momentos que depende da leitura, quando as mesmas são feitas em voz baixa, tem um dificuldade em ouvir e entender o que é dito.

Não somente esses são os transtornos que o sr. Sirilo enfrenta ou já enfrentou por ser analfabeto. Hoje como presidente da Associação da comunidade Engenho II, vive uma situação muito difícil, onde o mesmo está tentando provar sua inocência por ter assinado uns papéis indevidos. O sr.

Sirilo assinou um cheque em branco e um documento para a dona de uma empresa que dirigia um projeto na associação por pressionado por alguns membros da associação, mesmo que ele de início recusasse por não estar presente o tesoureiro e demais membros da associação, mas foi orientado a assinar. Hoje a associação está em debito, o trabalho prestado pela a empresa não foi completo. Entretanto, querem receber pelo total que fora combinado.

Sirilo tem onze filhos entre 7 e 17 anos diferente da sua história de vida todos estão tendo a oportunidade de estudar, e os mesmos estão seguindo os conselhos do pai. Pois, ele não quer que os filhos sofram o que ele vem sofrendo ao longo da sua vida por ser analfabeto.



## QUESTIONÁRIO

Qual o é sexo? Feminino

Qual a idade? 70 anos

Se é alfabetizado? sim

Concluiu até que série? 2º serie

Qual foi o motivo da desistência? Já estava de idade um pouco alta e reprovou 5 anos.

Se tivesse a oportunidade de voltar a estudar voltaria? Não, já estou um pouco velha.

Qual é o sentimento em relação a escola, ou seja, o que senti quando penso na escola? Vontade de estudar novamente se pudesse.

Relate quais as situações constrangedoras (desagradáveis, que faz com que você se sinta triste) que você passou por não ser alfabetizado? Eu levava nome de preguiçosa, tola seu lugar era na roça.

Em sua opinião o que pode ser feito para que o analfabeto não sofra mais situações humilhantes, ou preconceituosas perante a sociedade no momento em que você vai utilizar um serviço publico ou privado (banco, hospital, INSS, fórum etc.)? Ter estudado mais tempo e ter se formando enquanto nova.

## QUESTIONÁRIO

Qual o é sexo? Feminino.

Qual a idade? 40 anos.

Se é alfabetizado? Sim, alfabetizado.

Concluiu até que série? 6º anos.

Qual foi o motivo da desistência? Porque engravidei na adolescência.

Se tivesse a oportunidade de voltar a estudar voltaria? Não, por que eu tenho de saúde.

Qual é o sentimento em relação a escola, ou seja, o que senti quando penso na escola? Saudades dos colegas da escola.

Relate quais as situações constrangedoras (desagradáveis, que faz com que você se sinta triste) que você passou por não ser alfabetizado? Não.

Em sua opinião o que pode ser feito para que o analfabeto não sofra mais situações humilhantes, ou preconceituosas perante a sociedade no momento em que você vai utilizar um serviço publico ou privado (banco, hospital, INSS, fórum etc.)? Procurar estudar enquanto nova.

## QUESTIONÁRIO

Qual o é sexo? Masculino.

Qual a idade? 49 anos.

Se é alfabetizado? Sim.

Concluiu até que série? 8° serie,

Qual foi o motivo da desistência? Desejo de curtir a juventude.

Se tivesse a oportunidade de voltar a estudar voltaria? Não, por que não dependo de estudos, aqui na nossa cidade a única formação em professor ou se não vai ter que trabalhar na roça.

Qual é o sentimento em relação a escola, ou seja, o que senti quando penso na escola? Sentimento de saudades dos colegas, professores e merendeiras.

Relate quais as situações constrangedoras (desagradáveis, que faz com que você se sinta triste) que você passou por não ser alfabetizado? Me sinto inferior aos colegas que estudei.

Em sua opinião o que pode ser feito para que o analfabeto não sofra mais situações humilhantes, ou preconceituosas perante a sociedade no momento em que você vai utilizar um serviço publico ou privado (banco, hospital, INSS, fórum etc.)?

Procurar o estudo enquanto é jovem.

**FAZ. ALVORADA, COMUNIDADE BEIRA DO SUCURI, MONTE ALEGRE-GO**



**JOVEM LUCAS, MORADOR DA COMUNIDADE DESDE 1997**



LUCIANA FERREIRA, EDUCANDA RESIDENTE DESDE 1985.



ENGENHO DE MADEIRA, FEITO MANUAL PELO ETERNO E SAUDOSO PATRIARCA DA FAMÍLIA SR.PLÁCIDO FERREIRA DA SILVA



REPRESA (BARRAGEM) FAZ. ALVORADA (PERÍODO DE SECA)



REPRESA NO PERÍODO DE CHUVA





**SENHOR JONAS (ESQ.), EX MORADOR DA COMUNIDADE, TAMBÉM ANALFABETO, (DIR.)SR.PLÁCIDO E SRA LAURA (PAIS DA EDUCANDA)**



SENHOR PLÁCIDO FERREIRA NA COMUNIDADE BEIRA DO SUCURI, COM TODA A SUA SIMPLICIDADE E HUMILDADE DE UM CAMPONÊS ANALFABETO, JUNTO AO SEU QUERIDO NETO PEDRO LUCAS, FILHO DA EDUCANDA LUCIANA FERREIRA DA SILVA.



SAUDOSO GERMANO A DIREITA, CANTANDO MÚSICAS RAÍZES CULTURA LOCAL, E O SR. FIRMÍCIO (ESQ) (entrevistado analfabeto), E UM DOS MAIS VELHOS MORADORES DA COMUNIDADE.





PEDRO LUCAS SILVA RAMOS, FILHO DA EDUCANDA LUCIANA (O MAIS NOVO INTEGRANTE DA COMUNIDADE), FIRME E FORTE NA HERANÇA CULTURAL



SAUDOSO SENHOR PLÁCIDO, PEDRO LUCAS E SENHOR TOZINHO (ANALFABETO), PARCEIROS FOLIÕES E CANTORES DE MODAS DE VIOLAS NA REGIÃO



SERRA DO PÉ DA PRATA, PRÓXIMO A COMUNIDADE BEIRA DO SUCURI  
(LINDA PAISAGEM DA REGIÃO DO NORDESTE GOIANO)

